



ESTADO DO AMAZONAS  
PREFEITURA MUNICIPAL DE LÁBREA  
SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO  
CNPJ: 05.830.872/0001-09

TERMO DE REFERÊNCIA  
PROCESSO N° 067/2026-PML

1. DADOS DA INSTITUIÇÃO:

<b>ÓRGÃO:</b> SECRETARIA MUNICIPAL DE SAÚDE - SEMSA			<b>CNPJ N°:</b> 05.830.872/0001-09
<b>ENDEREÇO:</b> Av. Ce. Luis Gomes, s/n°, Centro – CEP: 69.830-000 – Lábrea/AM			
<b>CIDADE</b>	<b>UF</b>	<b>CEP</b>	<b>E-MAIL:</b>
LÁBREA	AM	69.830-000	

2. OBJETO:

2.1. O presente Termo de Referência tem por objeto o **REGISTRO DE PREÇOS PARA EVENTUAL CONTRATAÇÃO DE EMPRESA ESPECIALIZADA EM MANUTENÇÃO PREVENTIVA E CORRETIVA DE CONDICIONADORES DE AR COM FORNECIMENTO DE PEÇAS ORIGINAIS OU SIMILARES PARA EXECUÇÃO DOS SERVIÇOS NOS EQUIPAMENTOS DESTINADO A ATENDER AS DEMANDAS DO HOSPITAL REGIONAL DE LÁBREA/AM**, conforme especificações constantes neste Termo de Referência, bem como, observando-se o disposto na Lei Federal n.º 14.133 de 1º de abril de 2021, no Decreto Municipal n.º 765/2025-GPML de 02 de janeiro de 2025.

DETALHAMENTO DO OBJETO

GRUPO 1 – DESCRIÇÃO DETALHADA					
SERVIÇO DE MANUTENÇÃO PREVENTIVA TRIMESTRAL (04 vezes ao ano)					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS	UNID. FORNEC.	QTD. EQUIP	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL ESTIMADO (UNIT. X 04 LIMPEZAS ANUAL)
1	Serviço de manutenção preventiva em ar condicionado modelo SPLIT de 9.000 BTUs.	Serviço	5	R\$ 255,00	R\$ 5.100,00

	Serviço de manutenção preventiva em ar condicionado modelo SPLIT de 12.000 BTUs.	Serviço	41	R\$ 311,67	R\$ 51.113,33
	Serviço de manutenção preventiva em ar condicionado modelo SPLIT de 18.000 BTUs.	Serviço	25	R\$ 355,00	R\$ 35.500,00
	Serviço de manutenção preventiva em ar condicionado modelo SPLIT de 22.000 BTUs.	Serviço	1	R\$ 381,67	R\$ 1.526,67
	Serviço de manutenção preventiva em ar condicionado modelo SPLIT de 24.000 BTUs.	Serviço	1	R\$ 415,00	R\$ 1.660,00
	Serviço de manutenção preventiva em ar condicionado modelo SPLIT de 30.000 BTUs.	Serviço	1	R\$ 440,00	R\$ 1.760,00
	Serviço de manutenção preventiva em ar condicionado modelo SPLIT de 36.000 BTUs.	Serviço	1	R\$ 558,33	R\$ 2.233,33
<b>TOTAL DO SERVIÇO DA MANUTENÇÃO PREVENTIVA</b>					<b>R\$ 98.893,33</b>
<b>SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA APARELHOS DE AR CONDICIONADOS TIPO SPLIT</b>					
ITEM	ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS DOS SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA EM AR CONDICIONADO MODELO SPLIT DE 9.000 BTUs	UNID. FORNEC.	QTD.	VALOR UNITÁRIO ESTIMADO	VALOR TOTAL
2	Reparo placa eletrônica da evaporadora	Serviço	1	R\$ 411,67	R\$ 1.646,67
	Correção de vazamento de gás (solda)	Serviço	1	R\$ 205,00	R\$ 820,00
	Correção de vazamento de gás (conexão)	Serviço	1	R\$ 158,33	R\$ 633,33
	Complemento da carga de gás R22	Serviço	1	R\$ 255,00	R\$ 1.020,00
	Carga completa de gás R 22	Serviço	1	R\$ 405,00	R\$ 1.620,00
	Desobstrução do dreno	Serviço	1	R\$ 158,33	R\$ 633,33
	Desinstalação de ar condicionado	Serviço	5	R\$ 181,67	R\$ 3.633,33
	Instalação de ar condicionado	Serviço	5	R\$ 255,00	R\$ 5.100,00
	<b>ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS DOS SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA EM AR CONDICIONADO MODELO SPLIT DE 12.000 BTUs</b>	<b>UNID. FORNEC.</b>	<b>QTD.</b>		
	Reparo placa eletrônica da evaporadora	Serviço	1	R\$ 411,67	R\$ 1.646,67
	Correção de vazamento de gás (solda)	Serviço	1	R\$ 205,00	R\$ 820,00
	Correção de vazamento de gás (conexão)	Serviço	1	R\$ 191,67	R\$ 766,67
	Complemento da carga de gás R22	Serviço	1	R\$ 255,00	R\$ 1.020,00
	Carga completa de gás R 22	Serviço	1	R\$ 405,00	R\$ 1.620,00

	Desobstrução do dreno	Serviço	1	R\$ 185,00	R\$ 740,00
	Desinstalação de ar condicionado	Serviço	41	R\$ 185,00	R\$ 30.340,00
	Instalação de ar condicionado	Serviço	41	R\$ 251,67	R\$ 41.273,33
	<b>ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS DOS SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA EM AR CONDICIONADO MODELO SPLIT DE 18.000 BTUs</b>	<b>UNID. FORNEC.</b>	<b>QTD.</b>		
	Reparo placa eletrônica da evaporadora	Serviço	1	R\$ 503,33	R\$ 2.013,33
	Correção de vazamento de gás (solda)	Serviço	1	R\$ 253,33	R\$ 1.013,33
	Correção de vazamento de gás (conexão)	Serviço	1	R\$ 185,00	R\$ 740,00
	Complemento da carga de gás R22	Serviço	1	R\$ 303,33	R\$ 1.213,33
	Carga completa de gás R 22	Serviço	1	R\$ 453,33	R\$ 1.813,33
	Desobstrução do dreno	Serviço	1	R\$ 185,00	R\$ 740,00
	Desinstalação de ar condicionado	Serviço	25	R\$ 203,33	R\$ 20.333,33
	Instalação de ar condicionado	Serviço	25	R\$ 353,33	R\$ 35.333,33
	<b>ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS DOS SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA EM AR CONDICIONADO MODELO SPLIT DE 22.000 BTUs</b>	<b>UNID. FORNEC.</b>	<b>QTD.</b>		
	Reparo placa eletrônica da evaporadora	Serviço	1	R\$ 553,33	R\$ 2.213,33
	Correção de vazamento de gás (solda)	Serviço	1	R\$ 283,33	R\$ 1.133,33
	Correção de vazamento de gás (conexão)	Serviço	1	R\$ 258,33	R\$ 1.033,33
	Complemento da carga de gás R22	Serviço	1	R\$ 308,33	R\$ 1.233,33
	Carga completa de gás R 22	Serviço	1	R\$ 458,33	R\$ 1.833,33
	Desobstrução do dreno	Serviço	1	R\$ 211,67	R\$ 846,67
	Desinstalação de ar condicionado	Serviço	1	R\$ 255,00	R\$ 1.020,00
	Instalação de ar condicionado	Serviço	1	R\$ 461,67	R\$ 1.846,67
	<b>ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS DOS SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA EM AR CONDICIONADO MODELO SPLIT DE 24.000 BTUs</b>	<b>UNID. FORNEC.</b>	<b>QTD.</b>		
	Reparo placa eletrônica da evaporadora	Serviço	1	R\$ 611,67	R\$ 2.446,67
	Correção de vazamento de gás (solda)	Serviço	1	R\$ 323,33	R\$ 1.293,33

	Correção de vazamento de gás (conexão)	Serviço	1	R\$ 308,33	R\$ 1.233,33
	Complemento da carga de gás R22	Serviço	1	R\$ 355,00	R\$ 1.420,00
	Carga completa de gás R 22	Serviço	1	R\$ 505,00	R\$ 2.020,00
	Desobstrução do dreno	Serviço	1	R\$ 211,67	R\$ 846,67
	Desinstalação de ar condicionado	Serviço	1	R\$ 255,00	R\$ 1.020,00
	Instalação de ar condicionado	Serviço	1	R\$ 553,33	R\$ 2.213,33
	<b>ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS DOS SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA EM AR CONDICIONADO MODELO SPLIT DE 30.000 BTUs</b>	<b>UNID. FORNEC.</b>	<b>QTD.</b>		
	Reparo placa eletrônica da evaporadora	Serviço	1	R\$ 810,00	R\$ 3.240,00
	Correção de vazamento de gás (solda)	Serviço	1	R\$ 410,00	R\$ 1.640,00
	Correção de vazamento de gás (conexão)	Serviço	1	R\$ 455,00	R\$ 1.820,00
	Complemento da carga de gás R22	Serviço	1	R\$ 478,33	R\$ 1.913,33
	Carga completa de gás R 22	Serviço	1	R\$ 611,67	R\$ 2.446,67
	Desobstrução do dreno	Serviço	1	R\$ 255,00	R\$ 1.020,00
	Desinstalação de ar condicionado	Serviço	1	R\$ 355,00	R\$ 1.420,00
	Instalação de ar condicionado	Serviço	1	R\$ 653,33	R\$ 2.613,33
	<b>ESPECIFICAÇÕES DETALHADAS DOS SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA EM AR CONDICIONADO MODELO SPLIT DE 36.000 BTUs</b>	<b>UNID. FORNEC.</b>	<b>QTD.</b>		
	Reparo placa eletrônica da evaporadora	Serviço	1	R\$ 905,00	R\$ 3.620,00
	Correção de vazamento de gás (solda)	Serviço	1	R\$ 453,33	R\$ 1.813,33
	Correção de vazamento de gás (conexão)	Serviço	1	R\$ 453,33	R\$ 1.813,33
	Complemento da carga de gás R22	Serviço	1	R\$ 505,00	R\$ 2.020,00
	Carga completa de gás R 22	Serviço	1	R\$ 611,67	R\$ 2.446,67
	Desobstrução do dreno	Serviço	1	R\$ 305,00	R\$ 1.220,00
	Desinstalação de ar condicionado	Serviço	1	R\$ 405,00	R\$ 1.620,00
	Instalação de ar condicionado	Serviço	1	R\$ 1.010,00	R\$ 4.040,00
<b>TOTAL DO SERVIÇO DE MANUTENÇÃO CORRETIVA</b>					<b>R\$ 214.893,33</b>

<b>RELAÇÃO DO FORNECIMENTO DE PEÇAS ORIGINAIS OU SIMILARES PARA AR CONDICIONADO MODELO SPLIT</b>					
<b>ITEM</b>	<b>RELAÇÃO DO FORNECIMENTO DE PEÇAS AR CONDICIONADO MODELO SPLIT DE 9.000 BTUs</b>	<b>UNID. FORNEC.</b>	<b>QTD. (PÇS.)</b>	<b>VALOR UNITÁRIO ESTIMADO</b>	<b>VALOR TOTAL</b>
<b>3</b>	Motor compressor rotativo / alternativo	Peça	1	R\$ 511,67	R\$ 2.046,67
	Motor ventilador condensador	Peça	1	R\$ 446,67	R\$ 1.786,67
	Motor ventilador do evaporador blindado	Peça	1	R\$ 410,00	R\$ 1.640,00
	Motor ventilador do evaporador	Peça	1	R\$ 405,00	R\$ 1.620,00
	Capacitor do compressor	Peça	1	R\$ 205,00	R\$ 820,00
	aapacitor do motor ventilador	Peça	1	R\$ 111,67	R\$ 446,67
	Placa eletrônica da evaporadora	Peça	1	R\$ 411,67	R\$ 1.646,67
	Sensor temperatura do evaporador	Peça	1	R\$ 85,00	R\$ 340,00
	Sensor temperatura do ambiente	Peça	1	R\$ 90,00	R\$ 360,00
	Transformador da placa	Peça	1	R\$ 153,33	R\$ 613,33
	Placa receptora (Placa Indicativa)	Peça	1	R\$ 305,00	R\$ 1.220,00
	<b>RELAÇÃO DO FORNECIMENTO DE PEÇAS AR CONDICIONADO MODELO SPLIT DE 12.000 BTUs</b>	<b>UNID. FORNEC.</b>	<b>QTD. (PÇS.)</b>		
	Motor compressor rotativo / alternativo	Peça	1	R\$ 561,67	R\$ 2.246,67
	Motor ventilador condensador	Peça	1	R\$ 411,67	R\$ 1.646,67
	Motor ventilador do evaporador blindado	Peça	1	R\$ 411,67	R\$ 1.646,67
	Motor ventilador do evaporador	Peça	1	R\$ 411,67	R\$ 1.646,67
	Capacitor do compressor	Peça	1	R\$ 155,00	R\$ 620,00
	aapacitor do motor ventilador	Peça	1	R\$ 111,67	R\$ 446,67
	Placa eletrônica da evaporadora	Peça	1	R\$ 453,33	R\$ 1.813,33
	Sensor temperatura do evaporador	Peça	1	R\$ 85,00	R\$ 340,00
	Sensor temperatura do ambiente	Peça	1	R\$ 103,33	R\$ 413,33
	Transformador da placa	Peça	1	R\$ 311,67	R\$ 1.246,67
	Placa receptora (Placa Indicativa)	Peça	1	R\$ 353,33	R\$ 1.413,33

<b>RELAÇÃO DO FORNECIMENTO DE PEÇAS AR CONDICIONADO MODELO SPLIT DE 18.000 BTUs</b>	<b>UNID. FORNEC.</b>	<b>QTD. (PÇS.)</b>		
Motor compressor rotativo / alternativo	Peça	1	R\$ 911,67	R\$ 3.646,67
Motor ventilador condensador	Peça	1	R\$ 611,67	R\$ 2.446,67
Motor ventilador do evaporador blindado	Peça	1	R\$ 603,33	R\$ 2.413,33
Motor ventilador do evaporador	Peça	1	R\$ 623,33	R\$ 2.493,33
Capacitor do compressor	Peça	1	R\$ 203,33	R\$ 813,33
aapacitor do motor ventilador	Peça	1	R\$ 203,33	R\$ 813,33
Placa eletrônica da evaporadora	Peça	1	R\$ 510,00	R\$ 2.040,00
Sensor temperatura do evaporador	Peça	1	R\$ 103,33	R\$ 413,33
Sensor temperatura do ambiente	Peça	1	R\$ 103,33	R\$ 413,33
Transformador da placa	Peça	1	R\$ 411,67	R\$ 1.646,67
Placa receptora (Placa Indicativa)	Peça	1	R\$ 503,33	R\$ 2.013,33
<b>RELAÇÃO DO FORNECIMENTO DE PEÇAS AR CONDICIONADO MODELO SPLIT DE 22.000 BTUs</b>	<b>UNID. FORNEC.</b>	<b>QTD. (PÇS.)</b>		
Motor compressor rotativo / alternativo	Peça	1	R\$ 1.010,00	R\$ 4.040,00
Motor ventilador condensador	Peça	1	R\$ 805,00	R\$ 3.220,00
Motor ventilador do evaporador blindado	Peça	1	R\$ 855,00	R\$ 3.420,00
Motor ventilador do evaporador	Peça	1	R\$ 785,00	R\$ 3.140,00
Capacitor do compressor	Peça	1	R\$ 305,00	R\$ 1.220,00
aapacitor do motor ventilador	Peça	1	R\$ 153,33	R\$ 613,33
Placa eletrônica da evaporadora	Peça	1	R\$ 603,33	R\$ 2.413,33
Sensor temperatura do evaporador	Peça	1	R\$ 205,00	R\$ 820,00
Sensor temperatura do ambiente	Peça	1	R\$ 205,00	R\$ 820,00
Transformador da placa	Peça	1	R\$ 511,67	R\$ 2.046,67
Placa receptora (Placa Indicativa)	Peça	1	R\$ 611,67	R\$ 2.446,67
<b>RELAÇÃO DO FORNECIMENTO DE PEÇAS AR CONDICIONADO MODELO SPLIT DE 24.000 BTUs</b>	<b>UNID. FORNEC.</b>	<b>QTD. (PÇS.)</b>		
Motor compressor rotativo / alternativo	Peça	1	R\$ 1.110,00	R\$ 4.440,00

Motor ventilador condensador	Peça	1	R\$ 803,33	R\$ 3.213,33
Motor ventilador do evaporador blindado	Peça	1	R\$ 905,00	R\$ 3.620,00
Motor ventilador do evaporador	Peça	1	R\$ 805,00	R\$ 3.220,00
Capacitor do compressor	Peça	1	R\$ 355,00	R\$ 1.420,00
aapacitor do motor ventilador	Peça	1	R\$ 255,00	R\$ 1.020,00
Placa eletrônica da evaporadora	Peça	1	R\$ 705,00	R\$ 2.820,00
Sensor temperatura do evaporador	Peça	1	R\$ 205,00	R\$ 820,00
Sensor temperatura do ambiente	Peça	1	R\$ 205,00	R\$ 820,00
Transformador da placa	Peça	1	R\$ 603,33	R\$ 2.413,33
Placa receptora (Placa Indicativa)	Peça	1	R\$ 703,33	R\$ 2.813,33
<b>RELAÇÃO DO FORNECIMENTO DE PEÇAS AR CONDICIONADO MODELO SPLIT DE 30.000 BTUs</b>	<b>UNID. FORNEC.</b>	<b>QTD. (PÇS.) VALOR UNITÁRIO</b>		
Motor compressor rotativo / alternativo	Peça	1	R\$ 1.203,33	R\$ 4.813,33
Motor ventilador condensador	Peça	1	R\$ 905,00	R\$ 3.620,00
Motor ventilador do evaporador blindado	Peça	1	R\$ 855,00	R\$ 3.420,00
Motor ventilador do evaporador	Peça	1	R\$ 855,00	R\$ 3.420,00
Capacitor do compressor	Peça	1	R\$ 405,00	R\$ 1.620,00
aapacitor do motor ventilador	Peça	1	R\$ 405,00	R\$ 1.620,00
Placa eletrônica da evaporadora	Peça	1	R\$ 805,00	R\$ 3.220,00
Sensor temperatura do evaporador	Peça	1	R\$ 255,00	R\$ 1.020,00
Sensor temperatura do ambiente	Peça	1	R\$ 255,00	R\$ 1.020,00
Transformador da placa	Peça	1	R\$ 703,33	R\$ 2.813,33
Placa receptora (Placa Indicativa)	Peça	1	R\$ 803,33	R\$ 3.213,33
<b>RELAÇÃO DO FORNECIMENTO DE PEÇAS AR CONDICIONADO MODELO SPLIT DE 36.000 BTUs</b>	<b>UNID. FORNEC.</b>	<b>QTD. (PÇS.)</b>		
Motor compressor rotativo / alternativo	Peça	1	R\$ 1.403,33	R\$ 5.613,33
Motor ventilador condensador	Peça	1	R\$ 1.003,33	R\$ 4.013,33
Motor ventilador do evaporador blindado	Peça	1	R\$ 1.003,33	R\$ 4.013,33

	Motor ventilador do evaporador	Peça	1	R\$ 1.003,33	R\$ 4.013,33
	Capacitor do compressor	Peça	1	R\$ 403,33	R\$ 1.613,33
	aapacitor do motor ventilador	Peça	1	R\$ 453,33	R\$ 1.813,33
	Placa eletrônica da evaporadora	Peça	1	R\$ 1.003,33	R\$ 4.013,33
	Sensor temperatura do evaporador	Peça	1	R\$ 305,00	R\$ 1.220,00
	Sensor temperatura do ambiente	Peça	1	R\$ 305,00	R\$ 1.220,00
	Transformador da placa	Peça	1	R\$ 803,33	R\$ 3.213,33
	Placa receptora (Placa Indicativa)	Peça	1	R\$ 903,33	R\$ 3.613,33
<b>TOTAL DO FORNECIMENTO DE PEÇAS</b>					<b>R\$ 160.153,33</b>
<b>VALOR TOTAL DA PROPOSTA (SOMA DOS ITENS)</b>					<b>R\$ 473.940,00</b>

2.2. **A proposta comercial a ser apresentada pela licitante melhor classificada após o término da fase de lances deverá compreender todos os custos descritos no quadro acima.**

2.3. Considerando os valores estimados, não há itens destinados para participação exclusiva de microempresa e empresa de pequeno porte, conforme estabelecido nos arts. 47 e 48, I da Lei Complementar 123/2006.

2.4. Os serviços objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

2.5. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

2.6. O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses, contados da assinatura da Ata de Registro de Preços e divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP, podendo ser prorrogada por igual período, mediante anuência do fornecedor, desde que comprovado o preço vantajoso para a Administração, art. 84 Lei 14.133, de 2021.

2.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.





### **3. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

3.1. A Secretaria Municipal de Administração - SEMAD, visando atender às necessidades dos serviços de manutenção de ar condicionado, identifica a necessidade de contratação de empresa especializada em manutenção preventiva e corretiva de condicionadores de ar, pertencentes ao acervo patrimonial da Prefeitura Municipal de Lábrea/AM.

3.2. Pontua-se aqui, a necessidade da referida contratação com objetivo de cumprir a regulamentação da Lei nº 13.589/18, que exige a manutenção periódica dos sistemas de climatização em edifícios públicos e privados, visando garantir a qualidade do ar e o bom funcionamento dos equipamentos, assegurando o adequado estado de conservação e uso dos equipamentos, proporcionando melhores condições de saúde, bem-estar, conforto e produtividade dos servidores e demais usuários que frequentam as instalações públicas.

3.3. Também objetiva atender o Regulamento Técnico do Ministério da Saúde sobre “Qualidade do Ar de Interiores em Ambientes Climatizados”, com redação da Portaria MS n.º 3.523, de 28 de agosto de 1998 e aos Padrões Referenciais de Qualidade do Ar Interior em ambientes climatizados artificialmente de uso público e coletivo, com redação dada pela Resolução RE n.º 9, de 16 de janeiro de 2003, da ANVISA - Agência Nacional de Vigilância Sanitária. Essa legislação visa garantir a qualidade do ar em ambientes climatizados artificialmente, prevenindo riscos à saúde dos ocupantes.

3.4. Ademais, a pretendida contratação almeja dirimir a incidência de Riscos Ambientais (agentes químicos, físicos e biológicos); Riscos Físicos (calor, taquicardia, cansaço, irritação) e Riscos Químicos (poeiras: vegetais, animais, minerais e alcalinas), visto que os equipamentos em referência estão em uso há alguns anos e necessitam constantemente de reparos e consertos, o que possibilitará prover aos colaboradores e público em geral um ambiente arejado e salubre.

3.5. Neste contexto, é visível a relevância da contratação objeto da presente demanda, considerando que a manutenção preventiva e corretiva de ar condicionado é essencial para evitar e reparar falhas ou defeitos, e garantir o bom funcionamento dos equipamentos, além de prolongar sua vida útil, caracterizando, portanto, uma necessidade recorrente e essencial ao adequado funcionamento das atividades institucionais, para o cumprimento de sua finalidade com eficiência, continuidade e economia.

3.6. Portanto, a prestação de serviços de manutenção em aparelho de ar condicionado se justifica face ao interesse de manter os serviços da administração pública municipal em níveis aceitáveis ao funcionamento dos trabalhos, propiciando melhor conforto térmico e ambiente mais agradável para o desenvolvimento das atividades administrativas exercidas nos diversos prédios públicos, visando assegurar uma melhor prestação dos serviços, em consonância com os princípios que norteiam a Administração Pública.

#### **4. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO/SERVIÇO**

4.1. Analisando as alternativas disponíveis que atendam às necessidades das áreas requisitantes, considerando a viabilidade técnica e econômica, a solução que se mostrou mais vantajosa é a realização de procedimento de contratação de empresa especializada para prestação dos serviços de manutenções, por meio de pregão eletrônico, através do Sistema de Registro de Preços, pelo período de 12 (doze) meses, admitida prorrogação nos termos da Lei, podendo a administração contratar a quantidade necessária para atender às suas demandas. Essa alternativa configura-se adequada, através de um processo licitatório a Administração Pública poderá garantir a seleção da proposta mais vantajosa para o município, em conformidade com os princípios da transparência, isonomia e legalidade, permite que empresas especializadas apresentem suas propostas, oferecendo condições claras e objetivas para o fornecimento do objeto.

#### **5. DA PREVISÃO NO PLANO ANUAL DE CONTRATAÇÃO**

5.1 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratação Anual de 2026, conforme detalhamento a seguir:

I) ID PCA no PNCP: 05830872000109-0-000001/2026



- II) Data de publicação no PNCP: 31/12/2025
- III) ID do item no PNCP: 40
- IV) Classe/Grupo: 871 - SERVIÇOS DE MANUTENÇÃO E REPARO DE PRODUTOS FABRICADOS DE METAL MAQUINARIA E EQUIPAMENTOS
- V) Identificação da Futura Contratação: a0b8066f-feba-4d6d-92bf-65d1946fbad0

## **6. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO**

### **Diretrizes da Contratação**

6.1. Os serviços, objeto desta contratação são caracterizados como comuns, possuindo de padrões de desempenho e qualidade que podem ser objetivamente definidos no edital e no Termo de Referência, por meio de especificações usuais no mercado.

6.2. Para a execução dos serviços de manutenção de ar condicionado preventiva e corretiva a CONTRATADA deverá:

6.2.1. A empresa contratada deverá manter os aparelhos de ar condicionado em condições de utilização e em perfeito estado de conservação, dentro das normas estabelecidas pela Agência Nacional de Vigilância Sanitária (ANVISA) e Ministério da Saúde, assim como demais disposições vigentes.

6.2.2. A prestação dos serviços deverá ser desenvolvida por pessoal treinado, especializado e em quantidade suficiente para sua execução que serão prestados na cidade de Lábrea/AM;

6.2.3. Utilizar empregados habilitados e com conhecimentos básicos dos serviços a serem executados, de conformidade com as normas e determinações em vigor;

6.2.4. Atender os pedidos dos serviços de manutenção de ar condicionado preventiva e corretiva pertencentes ao acervo patrimonial da Prefeitura Municipal de Lábrea imediatamente quando for solicitado, de segunda a sexta feira. Excepcionalmente as manutenções poderão ser realizadas aos sábados quando não houver possibilidade do equipamento ser desligado durante a semana.

6.2.5. Manter no decorrer da execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações a serem assumidas, todas as condições exigidas no ato convocatório;

6.2.6. Zelar pela boa e eficiente execução dos serviços de qualidade;

6.2.7. Executar os serviços previstos no Contrato, conforme norma estabelecidas pela CONTRATANTE;

6.2.7. Os serviços deverão ser prestados em estabelecimento próprio da CONTRATADA, a qual deverá ter estrutura e todos os equipamentos necessários para execução;

6.2.8. Nas situações em que houver serviços para serem realizados com urgência, a CONTRATADA deverá envidar esforços para executá-los em tempo hábil;

6.2.9. Os serviços serão solicitados pelo executor do contrato, através de ordem de serviços, ou em casos urgentes, através de contato telefônico.

**Requisitos de Sustentabilidade:**

- a) Respeitar as Normas Brasileiras da ANVISA – Agência Nacional de Vigilância Sanitária.
- b) A empresa contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade ambiental no fornecimento dos serviços, conforme previsto no artigo 3º da Lei nº 14.133/2021.
- c) As proponentes deverão observar e cumprir a legislação ambiental pertinente ao objeto da licitação, tanto no processo de extração das matérias-primas utilizadas, como na fabricação, utilização, transporte e descarte dos produtos e matérias-primas.
- d) Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

- Quando couber, a empresa contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade estabelecidas nos incisos seguintes do art. 5º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, DE 19 de janeiro de 2010:

I – que os bens sejam constituídos, no todo ou em parte, por material reciclado, atóxico, biodegradável, conforme ABNT NBR – 15448-1 e 15448-2;

II – que sejam observados os requisitos ambientais para a obtenção de certificação do Instituto Nacional de Metrologia, Normalização e Qualidade Industrial – INMETRO como produtos sustentáveis ou de menor impacto ambiental em relação aos seus similares;

III – que os bens devam ser, preferencialmente, acondicionados em embalagem individual adequada, com o menor volume possível, que utilize materiais recicláveis, de forma a garantir a máxima proteção durante o transporte e o armazenamento; e

IV – que os bens não contenham substâncias perigosas em concentração acima da recomendada na diretiva RoHS (Restriction of Certain Hazardous Substances), tais como mercúrio (Hg), chumbo (Pb), cromo hexavalente (Cr(VI)), cádmio (Cd), bifenil-polibromados (PBBs), éteres difenil-polibromados (PBDEs).

- Quando couber, a empresa contratada deverá adotar as práticas de sustentabilidade estabelecidas nos incisos seguintes do art. 6º da Instrução Normativa SLTI/MPOG nº 1, DE 19 de janeiro de 2010:

I – use produtos de limpeza e conservação de superfícies e objetos inanimados que obedeçam às classificações e especificações determinadas pela ANVISA;

II – adote medidas para evitar o desperdício de água tratada, conforme instituído no Decreto nº 48.138, de 8 de outubro de 2003;

III – Observe a Resolução CONAMA nº 20, de 7 de dezembro de 1994, quanto aos equipamentos de limpeza que gerem ruído no seu funcionamento;

IV – forneça aos empregados os equipamentos de segurança que se fizerem necessários, para a execução de serviços;

V - realize um programa interno de treinamento de seus empregados, nos três primeiros meses de execução contratual, para redução de consumo de energia elétrica, de consumo de água e redução de produção de resíduos sólidos, observadas as normas ambientais vigentes;

VI - realize a separação dos resíduos recicláveis descartados pelos órgãos e entidades da Administração Pública Federal direta, autárquica e fundacional, na fonte geradora, e a sua destinação às associações e cooperativas dos catadores de materiais recicláveis, que será procedida pela coleta seletiva do papel para reciclagem, quando couber, nos termos da IN/MARE nº 6, de 3 de novembro de 1995 e do Decreto nº 5.940, de 25 de outubro de 2006;

VII – respeite as Normas Brasileiras – NBR publicadas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas sobre resíduos sólidos; e

VIII – preveja a destinação ambiental adequada das pilhas e baterias usadas ou inservíveis, segundo disposto na Resolução CONAMA nº 257, de 30 de junho de 1999.

#### **Diretrizes de Sustentabilidade:**

- Preferência por produtos de baixo impacto ambiental;
- Não geração, redução, reutilização, reciclagem e tratamento dos resíduos sólidos, bem como disposição final ambientalmente adequada dos rejeitos;
- Preferência para produtos reciclados e recicláveis, bem como para bens, serviços e obras que considerem critérios compatíveis com padrões de consumo social e ambientalmente sustentáveis (Lei 12.305/2010);
- Aquisição de produtos e equipamentos duráveis, reparáveis e que possam ser aperfeiçoados;
- Adoção de procedimentos racionais quando da tomada de decisão de consumo, observando-se a necessidade, oportunidade e economicidade dos produtos a serem adquiridos;

#### **Critérios de Sustentabilidade:**

- A opção por produtos mais sustentáveis deve ser feita de forma gradativa, com a definição de metas crescentes de aquisição, observando-se os preços e a oferta no mercado, com razoabilidade e proporcionalidade.
- Sempre que possível e no que couber, deve ser estabelecida margem de preferência para produtos manufaturados e serviços nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras, em observância a Lei nº 12.349/2010;
- Deve ser observado, quando das contratações de bens, serviços e obras, o atendimento às normas técnicas, elaboradas pela Associação Brasileira de Normas Técnicas (ABNT), nos termos da Lei nº 4.150/62, bem como outras similares tudo com o objetivo de aferir e garantir a aplicação dos requisitos mínimos de qualidade, utilidade, resistência e segurança dos materiais utilizados.

**Requisitos obrigacionais gerais:**

- a) Os serviços deverão obrigatoriamente estar de acordo com as disposições da Agência Nacional de Vigilância Sanitária – ANVISA;
- b) O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes neste estudo e em seus anexos, assumindo, como exclusivamente seus, os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto;
- c) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);
- d) Em caso de atrasos, comunicar ao contratante os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto para entrega dos serviços, com a devida comprovação;
- e) Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;
- f) Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;
- g) Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao contratante e não poderá onerar o objeto do contrato;
- h) Comunicar ao Fiscal do contrato, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual;
- i) Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;
- j) Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;
- k) Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021.



l) Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do contratante;

### **Compatibilidade Técnica**

6.10. A prestação dos serviços deve ser compatível com o objeto contratual, evitando a necessidade de ajustes adicionais.

### **Subcontratação**

6.11. Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

### **Garantia da Contratação**

6.12. Não haverá exigência de garantia da contratação, prevista no artigo 96 e seguintes da Lei 14.133/2021, de acordo com a justificativa constante no Estudo Técnico preliminar.

## **7. DO PRAZO DE VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS**

7.1. A Ata de Registro de Preços resultante deste certame terá vigência de 12 (doze) meses, contados a partir da divulgação no Portal Nacional de Contratações Públicas - PNCP.

7.2. A Ata de Registro de Preços poderá ser prorrogada, por igual período, não ultrapassando o prazo máximo de 2 (dois) anos, desde que seja comprovada a vantajosidade do valor registrado, mediante prévia pesquisa de mercado.

7.3. No caso do disposto no item 7.2 os quantitativos restantes ou fixados na licitação serão mantidos para o novo período de vigência;

7.4. A Ata de Registro de Preços será disponibilizada pela Comissão de Contratação do Município, para assinatura física ou digital da CONTRATADA, mediante Certificado Digital, de acordo com os prazos estabelecidos no Edital;

7.5. A existência de Ata de Registro de Preços válida não obriga a Administração Pública a firmar as contratações que delas possam advir, tampouco autoriza a CONTRATADA em atender às demandas por motivos relacionados a quantidades mínimas ou máximas;





7.6. Cabe aos Órgão deliberar acerca de eventuais prorrogações dos contratos oriundos das Atas de Registro de Preços, que estarão sujeitas às regras previstas no Decreto Municipal n.º 765/2025-GPML, de 02 de janeiro de 2025, e na Lei Federal n.º 14.133 de 1º de abril de 2021.

## **8. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

8.1. A execução do objeto seguirá a seguinte dinâmica:

8.1.1. A execução dos serviços será iniciada a partir da assinatura do contrato e publicação no Portal Nacional de Contratações Públicas – PNCP.

8.1.2. O prazo para início da execução do objeto é a partir do recebimento da ordem de serviço.

8.1.3. Os serviços a serem efetuados compreendem manutenção preventiva e corretiva dos ares condicionados pertencentes ao acervo patrimonial da Prefeitura Municipal de Lábrea e os que venham a ser adquiridos futuramente, com fornecimento de peças de reposição e devem ser executados por técnicos habilitados (técnicos /mecânicos de refrigeração), devidamente treinados e especializados de acordo com os manuais dos fabricantes e segundo normas técnicas, uniformizados e portando identificação expedida pela empresa CONTRATADA.

### **8.2. Da Manutenção Preventiva**

8.2.1. Manutenção preventiva consiste em procedimentos visando prevenir situações que possam gerar falhas, defeitos ou até mesmo à conservação da vida útil dos equipamentos, bem como recomendar ao CONTRATANTE eventuais providências para solução de problemas que possam estar e/ou vir a interferir no desempenho e eficiência dos mesmos. Deverá ser executado em obediência a um Plano ou Cronograma de Manutenção, baseado em rotinas e procedimentos periodicamente aplicados.

8.2.1.1. A manutenção preventiva compreende, no mínimo, o desempenho dos seguintes procedimentos:

- a) Limpeza geral do equipamento;
- b) Verificação dos isolamentos das tubulações;
- c) Eliminar focos de ferrugem;
- d) Limpeza e conservação dos filtros de ar;
- e) Verificação dos compressores;

- f) Limpeza interna e externa dos evaporadores;
- g) Limpeza interna e externa dos condensadores;
- h) Limpeza da serpentina dos evaporadores;
- i) Ajuste dos termostatos;
- j) Medição da vazão do ar;
- l) Verificação e correção do alinhamento e fixação das polias dos ventiladores e motores;
- m) Medição de amperagem e voltagem dos motores e ventiladores;
- n) Verificação dos quadros elétricos, referente ao superaquecimento e aperto dos terminais reparando irregularidades;
- o) Medir, completar e repor a carga de gás refrigerante, bem como corrigir vazamento na tubulação frigorífera de modo a garantir a carga térmica necessária ao perfeito rendimento dos equipamentos;
- p) Manutenções mecânicas, elétricas e eletrônicas dos equipamentos;
- q) Manutenção dos circuitos de força e comando elétrico dos equipamentos;
- r) Manutenção de todas as peças e componentes periféricos inerentes ao perfeito funcionamento dos equipamentos;
- s) Lubrificação geral dos equipamentos;
- t) Manutenção de todo o sistema de drenagem da água de condensação;
- u) Leitura de todas as grandezas elétricas, mecânicas e de temperatura necessárias para caracterizar o bom ou mau funcionamento dos equipamentos;
- v) Limpeza da casa de máquinas e shafts;
- x) Limpeza e conservação dos dutos, entre outros.

8.2.2. A manutenção preventiva será realizada em dias úteis, de segunda a sexta-feira, no horário compreendido entre 08hs às 12hs e 14hs às 17hs, conforme cronograma a ser apresentado pela CONTRATADA até o 10º. (décimo) dia útil após a assinatura do contrato e aprovado pela CONTRATANTE. Excepcionalmente a manutenção preventiva poderá ser realizada aos sábados quando não houver possibilidade do equipamento ser desligado durante a semana.

8.2.3. Deverão ser utilizados na limpeza somente produtos biodegradáveis registrados no Ministério da Saúde, sendo proibida a utilização de substâncias classificadas como carcinogênicas, teratogênicas e

mutagênicas.

### **8.3. Da Manutenção Corretiva**

8.3.1. Entende-se por manutenção corretiva, a série de procedimentos destinados a recolocar os equipamentos em seu perfeito estado de uso, compreendendo, inclusive, substituições de componentes, ajustes e reparos necessários de acordo com os manuais e normas técnicas específicas para os equipamentos.

8.3.2. Nos casos em que o conserto do equipamento exija um prazo maior para sua efetivação, a CONTRATADA tomará todas as providências necessárias e possíveis para manter o sistema de climatização em funcionamento, como por exemplo, providenciar o remanejamento de compressores, condensadores, evaporadores, etc., de um setor para o outro.

8.3.3. Os serviços de manutenção corretiva serão realizados sempre que houver chamada por parte da CONTRATANTE, ou forem detectados problemas pelo Técnico da CONTRATADA quando da realização das manutenções preventivas, e deverão atender às seguintes condições:

- a)** O início do atendimento não poderá ultrapassar o prazo de 02 (duas) horas, após a solicitação do executor do contrato, através de ordem de serviço;
- b)** Entende-se por início de atendimento, a hora de chegada do técnico às instalações da CONTRATANTE;
- c)** O término da manutenção do equipamento não poderá ultrapassar o prazo de 24 (vinte e quatro) horas, contadas a partir do início do atendimento, caso contrário, a CONTRATADA deverá providenciar a elaboração de Relatório Técnico com as descrições dos serviços a serem realizados e as especificações das peças e componentes a serem adquiridos que deverá ser entregue à CONTRATANTE para aprovação.
- d)** Após a entrega das peças adquiridas (no caso de peças não inclusas no contrato cuja aquisição seja de responsabilidade da CONTRATANTE) pela CONTRATANTE ao técnico da CONTRATADA, o equipamento deverá estar em perfeito funcionamento no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas, contados a partir do reinício do atendimento, caso contrário deverá ser providenciada pela CONTRATADA a colocação de equipamento semelhante, até que seja sanado o defeito do

equipamento em manutenção; e

e) Entende-se por término do reparo do equipamento, a sua disponibilidade para uso em perfeitas condições de funcionamento no local onde está instalado, estando condicionado à aprovação do executor do contrato.

8.3.4. A CONTRATADA obriga-se a atender as solicitações de manutenção corretiva no prazo de até 02 (duas) horas após o recebimento do chamado técnico, de segunda a sexta-feira, no horário das 08hs às 12hs e 14hs às 17hs. Em caso de extrema urgência, fora do horário normal, a CONTRATADA poderá ser contatada, sendo que o atendimento deverá ser efetuado na primeira hora do primeiro dia útil subsequente.

8.3.5. Caso os serviços de manutenção corretiva não possam ser executados nas dependências da CONTRATANTE, os equipamentos poderão ser removidos para o centro de atendimento da CONTRATADA, mediante justificativa devidamente aceita pelo executor do contrato, o qual autorizará a saída dos equipamentos.

#### **8.4. Da Reposição de Peças**

8.4.1. As peças de reposição, correrão por conta da CONTRATADA. Nos casos em que houver necessidade de reposição de peças não cobertas pelo contrato, a CONTRATADA deverá apresentar orçamento, cuja aquisição dependerá de prévia autorização do Ordenador de Despesa, por implicar ônus para a CONTRATANTE.

8.4.2. A relação das peças, necessárias à substituição, com todas as especificações deverá ser encaminhada ao fiscal do contrato, titular ou substituto para aprovação. Nada impede que o executor do contrato pesquise junto ao mercado as peças a serem substituídas a fim de verificar se o valor orçado pela CONTRATADA está em conformidade com os praticados no mercado.

8.4.3. Todas as peças substituídas durante a manutenção preventiva ou corretiva deverão ser apresentadas ao executor do contrato.

8.4.4. São de responsabilidade da CONTRATADA, sem ônus adicional para a CONTRATANTE, a execução dos serviços e a utilização dos insumos, peças e equipamentos seguintes: parafusos, correias, imãs, terminais elétricos, graxas, estopa, solda, vaselina, trapo, óleos lubrificantes, oxigênio, nitrogênio,



acetileno, fluidos refrigerantes, solda foscopper, materiais e produtos de limpeza em geral e desencrustantes, serviços de soldagem, corte e adaptação de tubulações de gás refrigerante, limpeza química ou mecânica de serpentinas e ventiladores, substituição ou conserto dos circuitos de controle de temperatura, entre outros que se fizerem necessários.

## 8.5. Das Condições de Garantia dos Serviços e Suporte

8.5.1. A CONTRATADA garantirá, pelo período de no mínimo 90 (noventa) dias, os serviços por ela executados, a contar da data do recebimento dos aparelhos de ar condicionado. Tal garantia estende-se somente aos casos em que não possa ser imputado dolo ou culposos agentes da CONTRATANTE pelo ato que deu ensejo à reincidência do defeito alvo dos serviços da CONTRATADA.

8.5.1.1. Todos os componentes destinados à reparação dos equipamentos deverão ser novos e originais ou similares, com garantia mínima de 90 (noventa) dias, contados a partir da data de sua instalação.

## 8.6. Da Conclusão e Teste dos Serviços

8.6.1. Todos os serviços concluídos deverão ser testados pela CONTRATADA, sob sua responsabilidade técnica e financeira, na presença do executor do contrato, ficando sua aceitação final condicionada ao bom desempenho dos equipamentos nos referidos testes.

## 8.7. Local da prestação dos serviços

8.7.1. Os serviços serão prestados nos seguintes locais e endereços:

<b>HOSPITAL REGIONAL DE LÁBREA</b>	
Endereço: Estrada do Aeroporto, nº1475, Pantanal - Lábrea/AM.	
<b>EQUIPAMENTO</b>	<b>QUANTIDADE</b>
Ar Condicionado Split 9.000 BTUs	05
Ar Condicionado Split 12.000 BTUs	41
Ar Condicionados Split 18.000 BTUs	25
Ar Condicionados Split 22.000 BTUs	01
Ar Condicionados Split 24.000 BTUs	01
Ar Condicionados Split 30.000 BTUs	01
Ar Condicionados Split 36.000 BTUs	01
<b>Quantidade de equipamentos</b>	<b>75</b>



## **8.8. Materiais a serem disponibilizados**

8.8.1. Para a perfeita execução dos serviços, a Contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades estimadas e qualidades a seguir estabelecidas, promovendo sua substituição quando necessário:

- Chaves;
- Alicates;
- Escadas;
- Fios;
- Fita Isolante;
- Gás de reposição e peças;
- Dentre todos os outros necessários a prestação dos serviços;

## **8.9. Informações relevantes para o dimensionamento da proposta**

8.9.1. Correrão por conta exclusiva da CONTRATADA, a responsabilidade pelo deslocamento de seus técnicos ao local de manutenção, pela retirada e entrega dos equipamentos e todas as despesas de transporte, frete e seguro correspondentes.

8.9.2. Serão de responsabilidade da CONTRATADA o fornecimento dos equipamentos e ferramentas necessários à efetivação das manutenções. A Contratante não fornecerá qualquer ferramenta ou instrumento.

8.9.3. Caberá a Contratada o provimento dos materiais necessários para a limpeza e lubrificação dos equipamentos.

8.9.4. Todos os equipamentos de segurança e proteção individual - EPI's utilizados pelos funcionários e seu fornecimento, serão de responsabilidade da CONTRATADA.

8.9.5. Caberá a Contratada a responsabilidade de guarda e conservação de todo ferramental e instrumentos.

## **8. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

8.7. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

8.8. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

8.9. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

8.10. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

8.11. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

8.12. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

### **Fiscalização Técnica**

8.13. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

8.14. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

- 8.15. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.
- 8.16. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.
- 8.17. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.
- 8.18. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

#### **Fiscalização Administrativa**

- 8.19. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.
- 8.20. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.
- 8.21. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

#### **Gestor do Contrato**

- 8.22. Cabe ao gestor do contrato:
- 8.22.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório



com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

8.22.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

8.22.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotará os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

8.22.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

8.22.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

8.22.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

8.22.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **9. DAS INFRAÇÕES E SANÇÕES DA CONTRATADA**

9.7. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que notadamente:

- a) Der causa à inexecução parcial do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- b) Der causa à inexecução parcial do contrato ou da Ata de Registro de Preços que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) Der causa à inexecução total do contrato ou da Ata de Registro de Preços;

- d) Deixar de entregar a documentação exigida para o certame;
- e) Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado, e aceito pela Administração Pública;
- f) Não celebrar o contrato ou retirar documento substitutivo ao contrato no prazo estabelecido, bem como, deixar de assinar a Ata de Registro de Preços, inclusive seus aditivos conforme dispõe o item 12.47 deste Termo de Referência, ou não entregar a documentação exigida para a contratação ou assinatura da ata, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;
- g) Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da licitação sem motivo justificado;
- h) Apresentar declaração ou documentação falsa exigida para o certame ou prestar declaração falsa durante a licitação ou a execução do contrato e da Ata de Registro de Preços;
- i) Fraudar a licitação ou praticar ato fraudulento na execução do contrato ou da Ata de Registro de Preços;
- j) Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- k) Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos da licitação.

9.8. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações dispostas no item 9.1, sujeitam-se sem prejuízo de responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

- a) Advertência, quando o(a) CONTRATADO(A) der causa ao disposto no item 9.1, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021);
- b) Multa;
  - b.1) Moratória de 1,5% (um virgula cinco por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 20 (vinte) dias;
  - b.1.2) O atraso superior a 20 (vinte) dias autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021;
  - b.2) Compensatória de 30 % (trinta por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução total do objeto.

b.3) Compensatória de 0,5% (cinco décimos por cento) até 20% (vinte por cento) sobre o valor total do contrato, no caso de inexecução parcial do objeto, avaliada a gravidade e o prejuízo causado pela infração cometida, aplicando-se os Princípios da Razoabilidade e da Proporcionalidade.

c) Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do inciso I desta Cláusula, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave (art. 156, § 4º, da Lei nº 14.133, de 2021);

d) Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do inciso I desta Cláusula, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave (art. 156, §5º, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.9. A aplicação das sanções previstas neste instrumento não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao CONTRATANTE (art. 156, §9º, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.10. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa (art. 156, §7º, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.11. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação (art. 157, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.12. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo CONTRATANTE ao(à) CONTRATADO(A), além da perda desse valor, a diferença será cobrada judicialmente (art. 156, §8º, da Lei nº 14.133, de 2021);

9.13. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente;

9.14. Na aplicação das sanções serão considerados:

9.14.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

9.14.2. as peculiaridades do caso concreto;

9.14.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

9.14.4. os danos que dela provierem para a Administração Pública.

9.15. A aplicação de qualquer penalidade prevista nesse Termo de Referência e no Edital, serão precedidas após o regular processo administrativo, que assegurará o contraditório e ampla defesa ao CONTRATADO, observando-se o procedimento previsto na Lei Federal n.º 14.133, de 1º de abril de 2021 e no Decreto Municipal n.º 765/2025-GPML, de 02 de janeiro de 2025.

9.16. Nos casos não contemplados nessa cláusula, aplica-se o disposto no Título IV, Capítulo I, da Lei nº 14.133, de 2021.

## **10. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO**

### **Recebimento**

10.7. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

10.8. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 05 (cinco) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

10.9. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 05 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

10.10. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 3 (três) dias úteis.

10.11. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

10.12. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LÁBREA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**CNPJ: 05.830.872/0001-09**

10.13. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

10.14. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

### **Liquidação**

10.15. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

10.16. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.17. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

- 10.17.1. o prazo de validade;
- 10.17.2. a data da emissão;
- 10.17.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
- 10.17.4. o período respectivo de execução do contrato;
- 10.17.5. o valor a pagar; e
- 10.17.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

10.18. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LÁBREA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**CNPJ: 05.830.872/0001-09**

10.19. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

10.19.1. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

10.19.2. verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

10.19.3. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

10.20. Constatando-se a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

10.21. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

10.22. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

10.23. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize.

### **Prazo de pagamento**

10.24. O pagamento será efetuado no prazo de até 30 (trinta) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa.

10.25. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IGP-M de correção monetária.

### **Forma de pagamento**



10.26. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

10.27. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

10.28. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

10.29. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

10.30. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

## 11. DA MODALIDADE DE LICITAÇÃO E O JULGAMENTO DAS PROPOSTAS

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

11.7. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO POR LOTE**.

### Forma de fornecimento

11.8. O fornecimento do objeto será **PARCELADO**, de acordo com as necessidades de manutenção dos aparelhos ar condicionado pertencentes ao acervo patrimonial da Prefeitura.

### Exigências de habilitação

11.9. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

### Habilitação jurídica



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LÁBREA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**CNPJ: 05.830.872/0001-09**

- 12.4. **Pessoa física:** cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;
- 12.5. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 12.6. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;
- 12.7. **Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI:** inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 12.8. **Sociedade empresária estrangeira:** portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.
- 12.9. **Sociedade simples:** inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 12.10. **Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária:** inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;
- 12.11. **Sociedade cooperativa:** ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971;
- 12.12. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

**Habilitação fiscal, social e trabalhista**





**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LÁBREA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**CNPJ: 05.830.872/0001-09**

- 12.13. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 12.14. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional;
- 12.15. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 12.16. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;
- 12.17. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual e Municipal relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 12.18. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual e Municipal do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 12.19. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos Estadual ou Municipal relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei;
- 12.20. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal;
- 12.21. As certidões apresentadas com prazo de validade expirado acarretarão a inabilitação do licitante. As certidões que não possuírem prazo de validade somente serão aceitas se as datas de emissão não excederem a 60 (sessenta) dias de antecedência da data prevista a abertura do certame.
- 12.22. Em sendo o proponente detentor do menor preço qualificado como Microempresa(s) e/ou Empresa(s) de Pequeno Porte este deverá apresentar a documentação exigida para efeito de comprovação de regularidade social e se houver alguma restrição quanto regularidade fiscal e trabalhista, será



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LÁBREA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**CNPJ: 05.830.872/0001-09**

obrigatória a sua regularização e apresentação das referidas certidões para a assinatura contratual, conforme previsto no art. 4 do Decreto Federal n. 8.538/2015.

12.23. A não-regularização da documentação implicará a decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas na Lei Federal nº. 14.133, de 1º de abril de 2021, facultada à Administração a convocação dos licitantes remanescentes, na ordem de classificação, ou revogar a licitação, quando atendidos os requisitos legais.

### **Qualificação Econômico-Financeira**

12.24. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;

12.25. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);

12.25.1. Onde não houver Central de Certidões do Tribunal de Justiça, deverá ser apresentada Certidão emitida pela Secretaria do Tribunal de Justiça ou órgão equivalente do domicílio ou da sede do licitante constando a quantidade de Cartórios Oficiais de Distribuição de Pedidos de Falência e Recuperação Judicial (conforme Lei nº 11.101/05), devendo ser apresentadas Certidões expedidas na quantidade de cartórios indicadas no respectivo documento, no prazo previsto no Edital.

12.26. Cópia do Balanço Patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando, **para cada exercício**, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um);

12.27. Caso a empresa apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação, patrimônio líquido mínimo de **10% do valor da proposta apresentada pela licitante**.

12.28. As licitantes deverão ainda complementar a comprovação da qualificação econômico-financeira por meio de comprovação de possuir patrimônio líquido não inferior a 10% (dez por cento) do valor máximo estimado da proposta, devidamente atualizado para esta data, mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor, acompanhada da respectiva memória de cálculo.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LÁBREA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**CNPJ: 05.830.872/0001-09**

12.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.

12.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

12.31. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

12.32. As empresas criadas no exercício financeiro da contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).

12.33. A empresa que se enquadre em alguma das exceções previstas na Instrução Normativa nº 2.003/2021-RFB e suas alterações deverá apresentar, obrigatoriamente, o Balanço Patrimonial e a Demonstração do Resultado do Exercício – DRE juntamente com a comprovação de arquivamento na Entidade/Órgão Competente da sede ou domicílio da licitante, assinadas pelo representante legal da empresa e por contabilista registrado no Conselho Regional de Contabilidade – CRC.

### **Qualificação Técnica**

12.34. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso.

12.34.1. A empresa interessada deverá apresentar, no mínimo, 01 (um) atestado de Aptidão Técnica, para comprovar a sua efetiva execução, fornecido por pessoa Jurídica de direito público ou privado, que comprove o bom e regular fornecimento de bens e similares objeto deste termo, em condições compatíveis em características, atendendo necessariamente os requisitos estipulados neste Termo de Referência;

12.34.2. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.

12.34.3. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à



contratação, endereço atual do Contratante e local em que foram prestados os serviços, entre outros documentos.

12.34.4. O licitante poderá apresentar quantos documentos julgar necessários para comprovar que já forneceu objeto similar ao da licitação.

12.35 Comprovação de Inscrição da Empresa no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA ou Conselho Federal dos Técnicos Industriais - CFT;

12.36 Comprovação de que Empresa possui Profissional Técnico Habilitado e Registrado no Conselho Regional de Engenharia e Agronomia – CREA Conselho Federal dos Técnicos Industriais - CFT, como responsável técnico.

## **12. DAS OBRIGAÇÕES E RESPONSABILIDADES DA CONTRATADA**

12.1. A CONTRATADA arcará com todas as despesas, diretas ou indiretas, decorrentes do cumprimento das obrigações assumidas;

12.2. A CONTRATADA deverá manter, durante toda a vigência do contrato, as obrigações assumidas e todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no contrato;

12.3. A CONTRATADA ficará obrigada a aceitar acréscimos e/ou supressões em até 25% (vinte e cinco por cento) do quantitativo inicial;

12.4. Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente à Administração ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato, não excluindo ou reduzindo essa responsabilidade à fiscalização e o acompanhamento da CONTRATANTE;

12.5. Responsabilizar-se pelos encargos trabalhistas, previdenciário, fiscal e comercial, resultantes da execução do Contrato;

12.6. Garantir que a ação ou omissão, total ou parcial, da fiscalização da CONTRATANTE, não eximirá, a CONTRATADA de total responsabilidade quanto ao cumprimento das obrigações pactuadas entre as partes;

12.7. Caso a Empresa vencedora tenha sede fora do Estado deverá indicar um procurador ou representante em Lábrea/AM;

12.8. Homologado o resultado da licitação, a Comissão de Contratação convocará os interessados para assinar a Ata de Registro de Preços, prazo de 5 (cinco) dias úteis, podendo ser prorrogada por igual

período, desde que por motivo justificado e aceito pelo Comissão de Contratação, respeitada a ordem de classificação e a quantidade de fornecedores registrados;

12.9. A recusa injustificada ou cuja justificativa não seja aceita pelo Comissão de Contratação implicará na instauração de procedimento administrativo autônomo para apuração e eventual aplicação de penalidades administrativas, sendo garantido o contraditório e a ampla defesa;

12.10. Quando o convocado não assinar a Ata de Registro de Preços no prazo e condições estabelecidas no item 13.8 e 13.9 supramencionados, fica facultada à Administração Pública convocar os licitantes remanescentes na ordem de classificação;

12.11. Aplicam-se as disposições previstas no item 12.8, 12.9 e 12.10 nas hipóteses em que, o convocado não aceitar o disposto no item 13.3 deste Termo de Referência, e;

12.12. A empresa vencedora responsabilizar-se-á em fornecer o produto da marca e modelo ofertados no certame.

### **13. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO**

13.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 473.940,00 (quatrocentos e setenta e três mil, novecentos e quarenta reais)**, conforme custos unitários apostos na tabela contida neste Termo de Referência.

13.2. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

13.2.1. Em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

13.2.2. Em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

13.2.3. Serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

13.2.4. Poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LÁBREA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**CNPJ: 05.830.872/0001-09**

13.2.5. Será adotado como método para reajustamento dos valores, o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo – IPCA.

13.2.6. O reajuste será realizado por apostilamento.

#### **14. DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

14.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento da Municipalidade, conforme descrita abaixo:

<b>DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	
<b>Unidade Orçamentária:</b>	02.05 – Secretaria Municipal de Saúde
<b>Projeto/Atividade:</b>	10.302.0011.2047 – Manutenção da Secretaria Municipal de Saúde
<b>Elemento de Despesa:</b>	33.90.39.500 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica
<b>DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA</b>	
<b>Unidade Orçamentária:</b>	05.01 – Fundo Municipal de Saúde
<b>Projeto/Atividade:</b>	10.301.0052.2071 – Manutenção dos Programas da Atenção Básica em Saúde
<b>Elemento de Despesa:</b>	33.90.39.500 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica 33.90.39.600 – Outros Serviços de Terceiros – Pessoa Jurídica - MAC

#### **15. DECLARAÇÃO DO SOLICITANTE**

15.1. Declaramos que o presente Termo de Referência foi elaborado em conjunto pelo Órgão Demandante e pela Equipe de Planejamento, com base nas especificações técnicas dos produtos encaminhadas pelos principais interessados no registro de preços. O documento está em conformidade com a Lei nº 14.133/2021, o Decreto Municipal nº 765/2025-GPML e demais legislações aplicáveis, sendo submetido à apreciação do Excelentíssimo Senhor Prefeito Municipal de Lábrea/AM para análise e aprovação.

**Elaboração:**

**Aprovação:**

Lábrea/AM, 17 de junho de 2026.

**CLAUDEMIR CAVALCANTE DO NASCIMENTO**

**DEIVEDY DA SILVA LIMA**



**ESTADO DO AMAZONAS**  
**PREFEITURA MUNICIPAL DE LÁBREA**  
**SECRETARIA MUNICIPAL DE ADMINISTRAÇÃO**  
**CNPJ: 05.830.872/0001-09**

Integrante Técnico

Secretário Municipal de Saúde  
Portaria 107/2025-GPML

**Autorização:**

Aprovo o Termo de Referência, com fundamento no artigo 14, VIII, do Decreto Municipal nº 765/2025-GPML, considerando a importância da contratação, em face das justificativas técnicas apresentadas.

**GERLANDO LOPES DO NASCIMENTO**

Prefeito Municipal de Lábrea